

ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 65. Patrimônios e Museus: narrativas em disputa e processos decoloniais

Coordenador(es):

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Patrimônios e museus vem apresentando instabilidade incomum numa configuração de narrativas em disputa. Se estas agências apresentam-se como refratárias à ação do tempo preservando acervos milenares e sendo regidas por regimes jurídicos que as protegem, pesquisas recentes apontam para conflitos pautados por projetos de futuro para sociedades plurais. Argumentos evocam destombamentos, repatriamentos de objetos, fechamentos e/ou reestruturação de museus, releituras de objetos, aparelhamentos de antigos museus por cultos religiosos, destituições de leituras antropológicas dos objetos, novos enquadramentos para as exposições. Somos surpreendidos por proibições de exposições, imposição de contéudos, disputas estéticas. Por outro lado, processos decoloniais vem abrindo espaço para saberes insubmissos trazidos pela resistência de povos outrora silenciados, como os povos indígenas. Patrimônios e museus tornam-se ferramentas de lutas pela cidadania e pela igualdade social. Surgem os museus sociais, os museus indígenas, as museologias colaborativas, a autoinventariação de conhecimentos tradicionais, demandas por patrimônios imateriais e tombamentos acionados pelos chamados "detentores", protagonistas de suas histórias de vida. Este GT pretende abrigar trabalhos de pesquisa em torno desta temática, tendo como eixo central a defesa do papel da Antropologia no campo de Patrimônios e Museus no sentido de afirmar o direito às diferenças e à visibilização de narrativas insubmissas.

Para além da acessibilidade: pensando o pertencimento e a participação dos sujeitos surdos no Museu de Arte do Rio.

Autoria: Silvia Borges Correa (ESPM Rio), Silvia Borges Correa Vanessa Bartolo Guimarães Pereira Este work se propõe a analisar como o Museu de Arte do Rio (MAR) tem promovido o acesso, o pertencimento e a participação da comunidade surda usuária da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nesse equipamento cultural. O MAR se destaca no cenário de museus do Rio de Janeiro com uma gestão que consolida ações na perspectiva de garantia do direito linguístico das pessoas surdas através da Libras. Parte-se aqui do princípio que é através da Libras que as pessoas surdas podem se comunicar, podem participar da vida social e, por consequência, se sentirem pertencentes à sociedade, efetivando assim o processo de cidadania que está para além dos direitos garantidos por lei. A partir da etnografia realizada no MAR pretende-se discutir não somente o pertencimento e a participação dos sujeitos surdos em um equipamento cultural específico, mas também a possibilidade de as pessoas surdas usufruírem de seu direito linguístico na vida social da cidade. Neste sentido, pretende-se refletir sobre os meios que garantem a participação plena e dão a esses sujeitos o sentimento de pertencimento à cidade, levando em consideração a função social dos museus, equipamentos que trazem para o cenário atual a necessidade de aprofundarem-se as ações de comunicação, de educação e de pesquisa, desenvolvendo ações de caráter inclusivo que levem em consideração as características desses sujeitos sociais. Para Nascimento Júnior (2009) é necessário pensar ações que visem à valorização e ao empoderamento social dos cidadãos por meio dos museus, além de compreendê-los como lugares de direito e cidadania, como lugares de inclusão cultural, de resistência e combate aos preconceitos de toda ordem. A acessibilidade em museus implica a criação de programas, atividades e execução de políticas que ofereçam a possibilidade de as pessoas com deficiência participarem ativamente das propostas oferecidas. Para Martins (2013), políticas de inclusão geram alterações no conceito de acessibilidade, pois leva necessariamente à www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

criação de novas relações entre museus e públicos que exigem diferentes formas de aproximação. Essas ações irão requerer o exercício de novas práticas museais para responder aos desafios colocados pelo modelo inclusivo. A pesquisa realiza aponta para o fato de que no universo dos museus da cidade do Rio de Janeiro quando existem ações específicas, estas são pontuais e nem sempre são adequadas para promover a cidadania dos surdos. Nesse contexto, enquanto a maioria dos museus da cidade não leva em consideração as especificações do povo surdo, bem como a sua língua e sua cultura, o modelo de gestão do Museu de Arte do Rio (MAR) desponta com ações específicas para a comunidade surda que vêm promovendo efetivamente o pertencimento e a participação dessas pessoas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: Apoio: Organização:



